Relatório e Contas | Junho

gestão de ativos
sgoic

2026

CA Rendimento

Fundo de Investimento Mobiliário Aberto
de Obrigações

Índice

Relatório de Gestão	3
Nota Introdutória	4
Síntese da Evolução dos Mercados	5
Principais Eventos	10
Desempenho Fundos de Obrigações	14
Informação relativa à Gestão do Fundo	16
Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade	18
Eventos Subsequentes	19
Notas Informativas	20
Balanço	32
Demonstração de Resultados	35
Demonstração de Fluxos de Caixa	37
Anexo às Demonstrações Financeiras	39
Relatório de Auditoria	50

imga

Relatório de Gestão

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Obrigações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

Nota Introdutória

O fundo foi constituído em 20 de junho de 1994 como fundo de obrigações de taxa variável euro, com a denominação Fundo de Investimento Mobiliário Aberto - RAIZ Rendimento, observando, entre outras normas, as constantes do Dec-Lei nº 252/2003, de 17 de outubro, com as alterações introduzidas pelo Dec-Lei nº 52/2006 e pelo Dec –Lei nº 357-A/2007, e de acordo com o Regulamento nº 15/2003 da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

Os documentos constitutivos foram atualizados em 5 de novembro de 2013 de harmonia com o Dec-Lei n.º 63-A/2013, de 10 de maio e com o Regulamento n.º 5/2013 da CMVM, passando a ser um Fundo de Obrigações.

Em 1 de setembro de 2014 passou a designar-se Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações CA Rendimento.

Desde 1 de outubro de 2017 a responsabilidade pela gestão do fundo é da IM Gestão de Ativos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A., com sede na avenida da República, nº 25 – 5ºA, em Lisboa, registada na Conservatória do Registo Comercial sob o nº único de matrícula e identificação fiscal 502 151 889.

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Obrigações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

O primeiro semestre de 2026 foi marcado pela coexistência de um enquadramento económico global resiliente, com o choque geopolítico no Médio Oriente. A escalada do conflito entre EUA/Israel e o Irão, incluindo o encerramento do Estreito de Ormuz, impulsionou os preços da energia e reacendeu riscos inflacionistas, embora o impacto tenha sido mitigado por respostas coordenadas e ajustamentos na oferta.

A atividade económica global abrandou moderadamente, mantendo, no entanto, um perfil resiliente. Os EUA destacaram-se pelo dinamismo do investimento, sobretudo associado à inteligência artificial, enquanto a Europa e outras regiões mais dependentes de energia foram mais penalizadas. A China manteve um desempenho robusto via exportações e os mercados emergentes apresentaram dinâmicas divergentes.

A inflação voltou a acelerar, sobretudo devido à energia, levando os principais bancos centrais a adotarem uma postura mais restritiva e a reverem em alta as expectativas para as taxas de juro. Apesar disso, a inflação subjacente manteve-se relativamente contida, sinalizando efeitos indiretos ainda limitados.

Os mercados financeiros mostraram-se resilientes. As taxas de juro de curto prazo subiram, mas os mercados acionistas registaram ganhos sólidos, suportados pelo crescimento dos lucros e pela temática da inteligência artificial. O dólar apreciou-se e as matérias-primas, em particular a energia, lideraram as valorizações.

Panorama geopolítico

As perspetivas económicas para o ano de 2026 eram consensualmente favoráveis, assentes nos estímulos orçamentais (EUA, Alemanha, China, Japão, etc.), no clima de menor incerteza económica, nos sinais de reaceleração cíclica da manufatura, na expectativa de retoma do rendimento real disponível e no forte investimento na temática da inteligência artificial. Paralelamente, projetava-se uma continuidade da convergência da inflação para o objetivo na área do euro e, em menor medida, nos EUA e no Reino Unido.

Não obstante, a crescente tensão entre os EUA e o Irão e a perceção, pelo eixo EUA/Israel, de fragilidade do regime iraniano, serviram de contexto para ataques coordenados e de larga escala, que vitimaram altas patentes do regime iraniano, incluindo o aiatola e Líder Supremo Ali Khamenei. A retaliação do Irão foi imediata e incluiu mísseis balísticos contra Israel e bases dos EUA na região; ataques a infraestruturas civis (incluindo aeroportos) de países vizinhos vistos como cúmplices dos EUA/Israel e o encerramento do Estreito de Ormuz, uma artéria vital para a economia mundial na perspetiva do fluxo de crude e de gás natural (representa cerca de 25% do fluxo mundial).

Os desenvolvimentos descritos resultaram numa subida significativa da cotação das matérias-primas energéticas, assim como de outros bens afetados pelo conflito no Médio Oriente, e consequentemente, alimentaram riscos de um choque estagflacionista à escala global.

Ainda assim, o impacto da guerra foi inferior ao inicialmente receado. Apesar de este ter sido classificado como o maior choque energético de sempre, as suas repercussões foram limitadas por atenuantes como a libertação coordenada de reservas estratégicas de petróleo; o desvio de petróleo da Arábia Saudita por *pipeline* para o porto de Yanbu (no mar vermelho); a redução de procura global (em particular pela China) e a continuidade das exportações do Irão através de frotas e rotas não oficiais, mesmo durante a vigência do bloqueio naval dos EUA. Ainda assim, a cotação do Brent evoluiu ao longo de várias semanas acima dos 90$/barril (atingiu momentaneamente um máximo de 121$/barril) e o preço do gás natural de referência para a Europa situou-se entre os 45€/MWh e os 60€/MWh entre março e o início de junho.

Após múltiplos avanços, recuos e ameaças, em particular pela Administração Trump, no dia 17 de junho foi assinado em junho um Memorando de Entendimento para a reabertura imediata do Estreito de Ormuz e que traçou as linhas gerais para um cessar-fogo de 60 dias, no qual decorrerão negociações entre os EUA e o Irão, com foco no programa nuclear do Irão.

A proporção e a duração do embargo energético significaram, ainda assim, uma mudança das circunstâncias económicas.

Enquadramento económico global

A economia mundial terá registado algum abrandamento do ritmo de atividade ao longo do primeiro semestre de 2026, com base no impacto da subida dos preços das matérias-primas energéticas, na perda de rendimento real disponível e globalmente em resultado do clima de incerteza. Não obstante, a economia mundial voltou a exibir maior resiliência do que o esperado perante choques exógenos de larga escala, como ocorrera na crise pandémica; em 2022 com a guerra na Ucrânia; com a escalada das tarifas aduaneiras de Trump em 2025 e desta feita com as disrupções no Golfo Pérsico.

O impacto no ritmo de atividade foi diferenciado numa perspetiva geográfica. Na perspetiva da economia dos EUA, embora o clima de incerteza e a subida dos preços dos combustíveis tenham produzido algum impacto no consumo privado entre os meses de março e maio, esse impacto terá sido apenas marginal. Para tal terá contribuído a capacidade/disponibilidade dos consumidores para suprimir os níveis de poupança (em termos agregados), o suporte dos reembolsos fiscais entre março e abril (superiores em mais de 60$ mil milhões comparativamente ao ano anterior). Destaque ainda para a retoma cíclica da atividade na manufatura, para a reaceleração do mercado laboral dos EUA e para o impulso associado ao investimento no ecossistema associado à inteligência artificial.

Assim, o PIB dos EUA cresceu 2,1% em cadeia no primeiro trimestre de 2026, o que correspondeu a uma aceleração sequencial face aos 0,5% do trimestre anterior (impactado pelo encerramento dos serviços governamentais). O consumo privado desacelerou para um crescimento anualizado de apenas 0,5%, marcado por um efeito estatístico que afetou os gastos no segmento dos serviços. Inversamente, o investimento em capital fixo somou um trimestre de forte crescimento, beneficiado pela rubrica de investimento em equipamento e em *software* (+15,8% no trimestre) – em parte relacionado com a temática da inteligência artificial. Uma análise mais refinada permite mesmo concluir que entre o último trimestre de 2025 e o primeiro de 2026, o investimento em setores impulsionados pela inteligência artificial somou uma variação homóloga superior a 18%, que contrasta com a correção de cerca de 8% do investimento em setores não relacionados com essa temática. A forte subida das importações (+11,8%) estará igualmente ligada à aquisição de semicondutores e outros equipamentos ao exterior.

Em oposição, o impacto da crise energética terá sido substancialmente superior noutras regiões, incluindo na área do euro, no Reino Unido e em vários países da Ásia, mais expostos às flutuações das matérias-primas energéticas nos mercados internacionais e em alguns casos mais diretamente dependentes do fornecimento de petróleo e de gás natural da região do Golfo Pérsico. Ainda assim, a perceção é que o ritmo de atividade terá abrandado apenas moderadamente, à luz da evolução dos PMIs e dos indicadores de atividade já disponíveis para o 2º trimestre de 2026.

Mais especificamente no caso europeu, apesar da contração de 0,2% do PIB no primeiro trimestre do ano, essa quebra esteve associada à correção superior a -7% em cadeia do PIB da Irlanda, decorrente de distorções no comércio internacional introduzidas pelas tarifas aduaneiras da Administração Trump. Excluindo o contributo da Irlanda, o PIB da área do euro teria crescido 0,3% e em média o crescimento nos últimos quatro trimestres teria rondado os 1% em termos anualizados, um registo equivalente ao crescimento potencial da região. A procura externa dirigida às exportações europeias continuou a restringir o ritmo de atividade, compensado pelo contributo positivo da procura doméstica, em particular do consumo privado e dos gastos estatais. Destaque ainda para o acréscimo dos gastos em defesa e em infraestruturas e para o impulso associado à execução dos investimentos relacionados com o NGEU.

A dinâmica económica da China voltou a surpreender pela positiva no primeiro semestre de 2026, à semelhança do ano anterior. Pese embora o menor impulso fiscal comparativamente ao período homólogo, a atividade exportadora voltou a compensar a fragilidade da procura doméstica, em particular do investimento privado.

O agrupamento de economias emergentes exibiu dinâmicas distintas, com os países exportadores de matérias-primas a beneficiarem da subida do preço do petróleo e dos metais industriais, enquanto os países importadores saíram penalizados pela escalada das pressões inflacionistas e respetiva deterioração do rendimento real disponível, assim como pela introdução de medidas de racionamento de combustíveis em países como a Índia, Bangladesh, Paquistão e a Tailândia.

Inflação e política monetária

Se na perspetiva do crescimento o impacto estimado foi relativamente modesto, o mesmo não se verificou na inflação e na perspetiva dos bancos centrais. O contexto inflacionista é hoje materialmente distinto do observado antes do conflito no Médio Oriente. A subida descrita da cotação das matérias-primas energéticas significou uma inversão da trajetória de arrefecimento da inflação à escala global – patente na aceleração da inflação média dos países da OCDE de 3,35% em janeiro para 4,61% em maio, o que corresponde ao nível mais elevado em praticamente dois anos.

A inflação homóloga dos EUA e da área do euro acompanhou a escalada dos custos energéticos, percetíveis em acelerações de 1,2pp e de 1,5pp da inflação total, para 4,1% e 3,2%, respetivamente. Importa, no entanto, sublinhar que a dinâmica da inflação subjacente foi substancialmente mais branda que a inflação total, com as respetivas métricas dos EUA e da área do euro a acelerarem "apenas" 0,3pp e 0,4pp entre janeiro e maio. Embora a transmissão integral da subida dos encargos energéticos para a inflação seja um processo com uma duração que se pode estender a 9-12 meses, a expectativa é que a mesma seja apenas moderada e como tal significativamente inferior à verificada no episódio inflacionista de 2022-2023.

Por outro lado, apesar da queda dos preços da energia desde a assinatura do Memorando de Entendimento entre os EUA e o Irão, a reversão foi apenas parcial, persistindo como tal um efeito de base que significará níveis de inflação acima do objetivo dos bancos centrais pelo menos até ao primeiro trimestre de 2027.

Consequentemente, assistiu-se a uma alteração significativa das expectativas de atuação dos principais bancos centrais. O BCE subiu a sua taxa diretora em junho em 25pb, o que ocorreu pela primeira vez desde 2023, para 2,25%. A decisão fundamentou-se na escalada dos preços da energia, na subida significativa das expetativas inflacionistas e nos riscos de transmissão da energia para as restantes componentes do cabaz inflacionista. No pico da crise, os investidores projetavam pelo menos três subidas de taxas em 2026. As expectativas no final do semestre eram mais brandas, com a incorporação parcial de uma subida adicional de taxas diretoras – ainda assim contrastante das projeções de taxas inalteradas pelo BCE no período pré-guerra.

A dinâmica foi equivalente no caso do Banco de Inglaterra e da Reserva Federal dos EUA. No início de 2026 era projetada uma redução das respetivas taxas diretoras em pelo menos 50pb no decorrer do ano, uma situação que se inverteu por completo no decorrer do conflito, com a cotação dos futuros a descontar uma subida de 80pb no caso da taxa de referência britânica - encerrando o semestre com um acréscimo esperado de "apenas" 20pb.

No caso da Reserva Federal dos EUA, a confirmação de Kevin Warsh como novo presidente da instituição e a retórica agressiva do banco central na sua primeira reunião de política monetária foram, provavelmente, mais decisivos na perspetiva das expectativas de atuação futura do banco central. Com efeito, a mensagem perentória de Warsh de combate à inflação e de convergência para o objetivo de 2% foi vista como um sinal de resposta agressiva do banco central, a par da convergência de 9 membros do FOMC para um cenário de subidas de taxas diretoras em 2026.

O Banco do Japão seguiu o processo de normalização progressiva da sua taxa diretora, ao subir 25pb na reunião de junho, para 1%, o que corresponde ao nível mais elevado desde março de 1995.

Mercados financeiros

Apesar do clima de incerteza geopolítico e do acréscimo da volatilidade, os mercados financeiros mantiveram-se resilientes, assentes na solidez dos fundamentais macro e microeconómicos, na vaga de investimento em inteligência artificial e no forte crescimento dos resultados empresariais.

A aceleração da inflação e a respetiva postura mais agressiva dos bancos centrais impulsionou as taxas de juro de curto-prazo. No caso europeu, assistiu-se a uma subida de 41pb da taxa de juro a 2 anos da Alemanha no primeiro semestre de 2026, comparativamente superior às maturidades mais longas, que no caso da Alemanha subiram apenas 15pb a 5 anos e permaneceram inalteradas no prazo a 10 anos, face ao nível observado no início do ano, para 2,86%.

A variação de taxas em França, Espanha e Portugal mais pronunciada, o que originou alargamentos, ainda que marginais, dos respetivos spreads face à Alemanha, reflexo do ambiente de menor apetite por risco.

Nos EUA, o movimento da taxa de juro a 10 anos foi ascendente (+30pb), totalmente explicado pela componente de taxa real, num clima de perspetivas económicas mais favoráveis e de aceleração do PIB potencial. Ainda assim, também aqui a evolução da curva de rendimentos foi numa configuração de menor inclinação, com as taxas de juro dos prazos mais curtos a exibirem subidas mais significativas (70pb nos 2 anos e de 50pb na maturidade a 5 anos), associadas ao maior aumento do prémio inflacionista nesses prazos.

Ainda assim, apesar da subida das taxas de juro europeias, o respetivo índice de dívida governamentais valorizou 1,25%, em contraste com o índice de dívida agregada norte-americana, que desvalorizou 0,26% no semestre.

A dívida empresarial europeia manteve-se suportada, com o spread do índice *investment grade* praticamente inalterado (+1pb), o que contribuiu para a valorização de 1,33% nos primeiros seis meses do ano. O desempenho do índice de dívida empresarial europeia de menor qualidade creditícia (*high yield)* foi equivalente, com o alargamento apenas marginal do respetivo spread (+4pb) e o nível absoluto e taxa de juro *(carry*) subjacente a permitirem uma valorização semestral de 1,83% deste segmento.

O segmento de dívida subordinada de financeiras esteve novamente em destaque pela positiva, com o enquadramento favorável para o setor a possibilitar estreitamentos adicionais dos spreads (30pb no semestre) e um dos retornos absolutos mais pronunciados do segmento de rendimento fixo em euros (+3,47%).

À semelhança do universo europeu, a dívida empresarial *high-yield* dos EUA registou um alargamento apenas marginal do spread no semestre, o que permitiu que o *carry* correspondente da classe permitisse uma valorização de praticamente 2% no período. A dívida empresarial *investment grade* dos EUA desvalorizou marginalmente no semestre (-0,04%).

Ainda no rendimento fixo, a performance da dívida de mercados emergentes, em dólares, esteve em plano de destaque, fruto do *carry* atrativo, com rendibilidades entre 1,5% e 2,3% da dívida empresarial e da dívida soberana no semestre, respetivamente. A trajetória de apreciação do dólar e o enviesamento para emissões com maturidades mais curtas penalizou o segmento de dívida de mercados emergentes em moeda local, que somou uma valorização de apenas 0,84%.

Apesar do menor suporte dos bancos centrais, dos riscos inflacionistas e do clima de incerteza geopolítica, os principais indices acionistas voltaram a somar fortes ganhos nos primeiros seis meses do ano. O perfil de valorização destes índices deveu-se quase em exclusivo às revisões em alta das estimativas de crescimento dos resultados empresariais, o que em oposição a valorizações assentes na expansão de múltiplos, atribui um caráter de maior sustentabilidade dos ganhos observados.

O enquadramento macroeconómico resiliente, a retoma cíclica no setor da manufatura e o entusiasmo dos investidores em torno da temática da inteligência artificial estiveram igualmente entre os principais *drivers* das fortes valorizações dos principais índices acionistas no semestre.

Nos EUA, o Nasdaq valorizou 13,1% no período, tendo as restantes praças norte-americanas somado igualmente ganhos significativos no primeiro semestre do ano, entre as quais o S&P500 (+10,2%). O perfil de ganhos setoriais foi liderado pelos setores industrial (+20,2%), tecnologia (19,8%) e energia (19,7%), enquanto consumo discricionário (-0,8%) e o setor financeiro (-1,3%) estiveram entre os piores. O índice de empresas de menor capitalização bolsista – Russell 2000 – valorizou 22,6% no mesmo período.

Na Europa, o índice MSCI valorizou 10,7%, impulsionado pela valorização das praças italiana (18,2%) e neerlandesa (15,3%), com o índice alemão DAX entre os menos bem-sucedidos (+2,1%) no semestre. Os títulos de menor capitalização bolsista, impactados pelo impacto económico da guerra e pela subida das taxas de juro, somaram uma valorização semestral de 8,1%.

À escala global, destaque para os fortes ganhos dos índices sul coreano KOSPI (+93.9%) e de Taiwan (+62.6%) e do nipónico NIKKEI (+39%), impulsionados pela temática da inteligência artificial.

Nos mercados cambiais, o dólar dos EUA esteve em plano de destaque contra os seus parceiros comerciais, e encerrou o período com uma apreciação de 2,7%, beneficiado pelo clima de incerteza geopolítica e pelas perspetivas de atuação mais agressiva da Fed, incluindo a especulação em torno da possível redução da dimensão do seu balanço, proposta por Kevin Warsh. Entre os seus principais pares, destaque para a apreciação de 2,8% face ao euro e de 3,7% face ao iene. Na perspetiva da moeda única europeia, apesar da subida de taxas do BCE, observaram-se ainda assim perdas contra o franco suíço (-0,8%), a libra esterlina (-1,2%) e a coroa norueguesa (-4,5%). A cotação do cabaz representativo das divisas de mercados emergentes ficou praticamente inalterada no primeiro semestre de 2026.

O índice agregado de matérias-primas valorizou 12,3% nos primeiros seis meses do ano, e como habitual, marcado por uma elevada disparidade de performances. O segmento com maiores ganhos foi o complexo energético, com a valorização de 21,2% do *brent*, seguido pelo trigo (16,2%) e pelo zinco (14,3%). Destaque pela negativa para a prata (-18,2%).

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Obrigações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

Constituição de Novos Fundos / Novas Categorias UP's

BTG Pactual GV Corporate Bonds 60/40

A **12 de fevereiro** foi constituída a **Categoria D** do fundo.

IMGA Money Market USD

A **23 de março** foi constituída a **Categoria I** do fundo.

IMGA GV Portuguese Corporate Debt

A **6 de janeiro** foi constituída a **Categoria G** do fundo.

IMGA Rendimento Mais

A **19 de fevereiro** foi constituída a **Categoria R** do fundo.

IMGA Obrigações Corporate 2028 - 2,30%

A **3 de junho** foi autorizada pela CMVM a constituição do organismo de investimento coletivo **IMGA Obrigações Corporate 2028 - 2,30% - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações**.

Novas Entidades Comercializadoras e Agentes Vinculados

No decurso do primeiro semestre de 2026, a IMGA manteve a estratégia de alargamento da sua rede comercial e de distribuição, tendo sido dado seguimento a diversos processos de formalização de acordos com entidades externas.

Em janeiro a IMGA foi incluída como entidade comercializadora dos fundos **IMGA Poupança PPR/OICVM e IMGA Investimento PPR/OICVM.**

Em março foi incluída a Plural Markets como entidade comercializadora dos fundos IMGA.

Em abril, o fundo **IMGA Crescimento PPR/OICVM** passou a incluir o **Banco Invest** como entidade comercializadora.

Em maio o **BNI Europa** passou a ser entidade comercializadora do fundo **IMGA Rendimento Mais**.

Em junho, o fundo **IMGA Crescimento PPR/OICVM** passou a incluir o **ActivoBank** como entidade comercializadora.

Em junho foi comunicado o início de atividade do **Banco do Brasil – Sucursal em Portugal**, como primeiro agente vinculado da IMGA.

Principais Eventos

Atualizações/alterações dos documentos constitutivos dos fundos geridos pela Sociedade

A **18 de fevereiro** foi realizada a primeira atualização anual dos documentos constitutivos dos fundos IMGA, tendo sido publicadas novas versões desses documentos e promovida a sua disponibilização junto dos comercializadores e no site da IMGA.

A **14 de maio** foi concluída a 2ª atualização anual obrigatória dos documentos constitutivos dos fundos, com a Taxa de Encargos Correntes (TEC) atualizada com referência ao ano de 2025.

Liquidação de Fundos

A **31 de janeiro**, pelo termo da sua duração, procedeu-se à dissolução do fundo **IMGA Financial Bonds 3y 2,25 – Serie I.**

A **30 de junho**, pelo termo da sua duração, procedeu-se à dissolução do fundo **IMGA Obrigações Globais Taxa Indexada EUR 2026, Serie I.**

Eventos Regulatórios

A **27 de fevereiro** foi publicada a Circular anual relativa à Gestão de Ativos 2026, onde estão definidas as prioridades para 2026 e as ações de supervisão previstas para o corrente ano.

Informações relacionadas com a Sustentabilidade

A **30 de junho** foi publicada a "Declaração relativa aos principais impactos negativos das decisões de investimento sobre os fatores de sustentabilidade", relativa ao ano 2025.

Publicação dos Relatórios e Contas dos fundos geridos pela Sociedade

A **30 de abril** foram publicados no sítio da CMVM os Relatórios e Contas anuais dos fundos geridos pela IMGA.

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Obrigações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

O primeiro semestre de 2026 decorreu num contexto ainda exigente para os mercados obrigacionistas, marcado pela evolução das expectativas relativas à política monetária, pela volatilidade das taxas de juro e por um enquadramento macroeconómico e geopolítico incerto. Ainda assim, os níveis de rendibilidade continuaram a proporcionar condições favoráveis às estratégias de rendimento, sobretudo nos segmentos de maior qualidade de crédito e com gestão ativa da duração.

O segmento obrigacionista continuou a beneficiar de níveis de rendibilidade historicamente atrativos e de fundamentos empresariais resilientes, embora os diferenciais de crédito tenham apresentado alguma volatilidade ao longo do semestre. De acordo com os dados mais recentes da APFIPP, os fundos de obrigações continuavam a representar uma das principais categorias do mercado nacional de fundos de investimento, com ativos sob gestão superiores a 4,3 mil milhões de euros no final de maio de 2026.

No universo da IMGA, os ativos sob gestão dos fundos de obrigações registaram uma diminuição de 10,85%, condicionada pela liquidação, na respetiva data de maturidade, de um fundo de prazo determinado, no montante de 182 milhões de euros. Excluindo o efeito desta liquidação, os ativos sob gestão teriam registado um crescimento de cerca de 7,5%, refletindo quer a valorização das carteiras, quer a captação líquida de novos investimentos. Destacaram-se o IMGA Euro Taxa Variável, que atingiu cerca de 366 milhões de euros sob gestão, e o IMGA Rendimento Semestral, que alcançou aproximadamente 187 milhões de euros.

Ao nível do desempenho, os resultados foram positivos na generalidade dos fundos. Até ao final de junho de 2026, o IMGA Euro Taxa Variável apresentou uma rendibilidade líquida acumulada de 1,16%, o IMGA Rendimento Semestral valorizou igualmente 1,16% e o IMGA Rendimento Mais registou uma valorização de 1,12%. Todos os fundos apresentaram rendibilidades positivas, beneficiando da gestão ativa da duração e da seleção criteriosa de crédito, num período marcado por oscilações significativas das taxas de mercado.

Em termos de captação de investimento, verificou-se uma procura sustentada por soluções de rendimento e por estratégias de menor volatilidade, com destaque para os fundos de taxa variável e de crédito empresarial. A gestão das carteiras manteve uma abordagem prudente e seletiva, centrada na qualidade dos emitentes, na diversificação das fontes de retorno e na identificação de oportunidades resultantes das ineficiências geradas pela volatilidade dos mercados.

Desempenho Fundos de Obrigações

FUNDOS DE OBRIGAÇÕES	1 ANO			3 ANOS			5 ANOS		
	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe
IMGA EURO TAXA VARIÁVEL CAT A	2,52%	0,74%	2	3,76%	0,81%	2	1,73%	1,02%	2
IMGA EURO TAXA VARIÁVEL CAT R	2,52%	0,74%	2	3,76%	0,81%	2	1,72%	1,02%	2
IMGA EURO TAXA VARIÁVEL CAT I	2,91%	0,74%	2	4.15% (*)	0,81%	2	2.03% (*)	1,02%	2
CA RENDIMENTO	2,40%	0,53%	2	3,73%	0,61%	2	1,45%	1,09%	2
IMGA RENDIMENTO SEMESTRAL CAT A	2,50%	1,24%	2	4,03%	1,31%	2	1,14%	1,71%	2
IMGA RENDIMENTO SEMESTRAL CAT R	2,49%	1,24%	2	4,03%	1,31%	2	1,17%	1,71%	2
IMGA PORTUGUESE CORPORATE DEBT CAT P	1,11%	1,70%	2	-	-	-	-	-	-
IMGA PORTUGUESE CORPORATE DEBT CAT R	1,11%	1,70%	2	-	-	-	-	-	-
BTG PACTUAL GV CORPORATE BONDS 60/40 CAT C (**)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IMGA GV PORTUGUESE CORPORATE DEBT - CAT G (**)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IMGA DÍVIDA PÚBLICA EUROPEIA CAT A	1,16%	4,37%	3	2,32%	4,56%	3	-0,95%	4,41%	3
IMGA RENDIMENTO MAIS CAT A	2,47%	2,40%	3	4,65%	2,66%	3	0,68%	3,03%	3
IMGA RENDIMENTO MAIS CAT I	3,01%	2,40%	3	5.18% (*)	2,66%	3	1.19% (*)	3,03%	3
IMGA RENDIMENTO MAIS CAT R (**)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IMGA FINANCIAL BONDS 3,5 Y CAT A	0,64%	0,18%	1	2,63%	0,93%	2	-	-	-

(*) considera cotações calculadas com base no desempenho da Categoria A

(**) fundo com menos de 12 meses desde a sua constituição

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Obrigações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

Ao longo do primeiro semestre de 2026 os mercados obrigacionistas foram dominados pela escalada das tensões geopolíticas no Médio Oriente, em particular pelo conflito envolvendo os EUA e o Irão, que teve um impacto significativo na evolução do preço do petróleo, das expectativas de inflação e das perspetivas para a política monetária. As tensões intensificaram-se progressivamente até culminarem no início do conflito no final de fevereiro, levando o Brent a registar uma forte valorização durante o primeiro trimestre e a manter-se em níveis historicamente elevados nos meses seguintes.

A subida dos preços da energia reacendeu receios de um choque inflacionista global, refletindo-se num aumento das expectativas de inflação tanto nos EUA como na Zona Euro. Os dados económicos confirmaram esta tendência, com a inflação a revelar-se persistentemente elevada, levando os principais bancos centrais a manterem um discurso prudente. Nos EUA, os sucessivos indicadores de atividade e emprego continuaram a demonstrar uma economia resiliente, reduzindo significativamente as expectativas de cortes das taxas de juro por parte da Reserva Federal. Na Zona Euro, embora o início do ano tenha sido marcado por alguma moderação da inflação, a evolução do conflito e a subida do petróleo inverteram rapidamente essa perspetiva, levando os mercados a adiarem as expectativas de flexibilização monetária.

Neste enquadramento, as obrigações soberanas enfrentaram um período de elevada volatilidade. As *yields* registaram uma tendência generalizada de subida, impulsionadas pelo aumento das expectativas de inflação e pela revisão das perspetivas para as taxas diretoras. A obrigações norte-americanas a 10 anos terminaram o primeiro trimestre acima dos níveis observados no início do ano, enquanto as obrigações alemãs a 10 anos ultrapassaram os 3%, atingindo máximos de vários anos. Também no Japão se observaram aumentos significativos das *yields*, sustentados por expectativas de maior estímulo orçamental e por uma postura mais restritiva do Banco do Japão.

Durante abril e maio, apesar de vários episódios de otimismo associados a potenciais negociações entre os EUA e o Irão, a incerteza permaneceu elevada. O anúncio de possíveis cessar-fogos e o progresso nas negociações contribuíram temporariamente para uma descida do preço do petróleo e para uma recuperação das obrigações soberanas. Contudo, a ausência de um acordo definitivo e a divulgação de dados de inflação acima do esperado voltaram a pressionar as *yields* para níveis elevados em várias economias desenvolvidas.

Paralelamente, os mercados acompanharam outros acontecimentos relevantes, incluindo alterações na política comercial norte-americana, a decisão do Supremo Tribunal dos EUA relativamente às tarifas impostas pela administração Trump e diversos eventos políticos no Japão e no Reino Unido, fatores que contribuíram para aumentar a volatilidade dos mercados, embora com um impacto mais limitado na evolução estrutural do mercado obrigacionista do que o contexto geopolítico e inflacionista.

Neste contexto os spreads de crédito apresentaram uma evolução marcada por duas fases distintas. No início do ano, o mercado manteve a dinâmica positiva observada desde o final de 2022, com uma forte procura por ativos de crédito a impulsionar um estreitamento dos spreads. Contudo, a partir de fevereiro, o sentimento dos investidores deteriorou-se devido à conjugação de vários fatores de risco, nomeadamente as preocupações em torno do impacto da inteligência artificial em determinados setores, a instabilidade no mercado de crédito privado, o agravamento das tensões geopolíticas entre os EUA e o Irão e o reduzido prémio de risco implícito nos spreads.

Informação relativa à Gestão do Fundo

A escalada do conflito no Médio Oriente no final de fevereiro levou a um aumento da aversão ao risco. Apesar deste movimento de correção, o alargamento revelou-se relativamente contido quando comparado com o observado em 2025, durante o episódio associado ao anúncio das tarifas norte-americanas. Esta resiliência foi particularmente relevante tendo em conta que os spreads iniciaram 2026 em níveis significativamente mais comprimidos, evidenciando que os fundamentais do mercado de crédito permaneceram relativamente sólidos apesar do contexto geopolítico adverso.

No que diz respeito ao fundo CA Rendimento, o desempenho ao longo dos primeiros seis meses de 2026 foi influenciado pela estabilidade oferecida pelo segmento de taxa indexada, e pela redução dos spreads de crédito da dívida subordinada. No caso da dívida de taxa indexada, o contributo para a valorização foi expressivo, dado que a mesma foi positivamente influenciada pela forte subida das euribors. A dívida subordinada, em especial as AT1, foram a classe com melhor performance no período, com a mesma a ser sustentada sobretudo pelo elevado *carry* oferecido por esta classe de ativos, enquanto o estreitamento dos spreads de crédito contribuiu para compensar parcialmente o impacto negativo da subida das *yields* soberanas. Embora a evolução do mercado tenha sido marcada por alguma volatilidade, os spreads recuperaram gradualmente, terminando o semestre próximos dos mínimos históricos registados, evidenciando a resiliência do segmento AT1 num contexto de mercado mais desafiante.

A subida das taxas de juro sem risco de médio e longo prazo penalizou a performance do Fundo. Não obstante, o Fundo geriu a sua duração de uma forma conservadora, procurando aumentar progressivamente a duração em momentos de subida de taxas de juro através do reinvestimento no risco de taxa de juro a remunerações mais elevadas.

A participação ativa do Fundo no mercado primário de obrigações de crédito, com o objetivo de captar o respetivo prémio de risco, constituiu um elemento importante da estratégia de investimento. Em simultâneo, a gestão da exposição ao risco de taxa de juro permitiu manter um perfil de risco/retorno ajustado.

No final de junho, o CA Rendimento apresentou uma rendibilidade de 1,1% no semestre e de 2,4% a 12 meses.

O valor líquido global totalizou 172,2M€, representando um crescimento de 4,5% face ao final de 2025. As vendas líquidas foram positivas em 5,6M€, com um efeito de mercado positivo de 1,9M€.

Sendo um fundo de capitalização, não procedeu à distribuição de rendimentos.

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Obrigações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

Em cumprimento do estipulado pelas alíneas b) e c) da secção 6 do Anexo IV do Regime da Gestão de Ativos (RGA), apresenta-se, em seguida, o montante total das remunerações pagas pela entidade responsável pela gestão aos seus colaboradores e o montante agregado da remuneração dos membros dos órgãos de gestão e fiscalização (valores em euros):

REMUNERAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2026			
Órgãos de Gestão e Fiscalização	**Rendimento Fixo**	**Rendimento Variável**	**Número a 30/06/2026**
Comissão Executiva			
Presidente e Administradores	161 753	279 610	3
Administradores independentes	22 375	-	1
Conselho fiscal			
Presidente e vogais	28 060	-	4
Colaboradores	**Rendimento fixo**	**Rendimento variável**	**Número a 30/06/2026**
Colaboradores	1 462 745	590 069	52

Nos termos da Lei e conforme previsto no n.º 1 do art.º 20º dos Estatutos, o modelo de fiscalização da Sociedade compreende ainda um Revisor Oficial de Contas, ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que não seja membro do Conselho Fiscal, a quem foram pagos €5.904 pelos serviços durante o primeiro semestre de 2026.

Sem prejuízo da competência do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas, ou da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, conforme previsto no n.º 1 do art.º 21º dos Estatutos, a Assembleia Geral designou um auditor externo para a verificação das contas da Sociedade, cujo custo pelos serviços prestados nesse âmbito ascenderam a €16.359.

No primeiro semestre de 2026 foram pagos €128.529 referentes a indemnizações por cessação de contrato de trabalho.

As remunerações e benefícios foram calculados e atribuídos de acordo com o definido na Política de Remunerações em vigor, cuja síntese está disponível no site da Sociedade.

No início de cada ano, com base no Relatório de Avaliação da Execução da Política de Remunerações, da responsabilidade do Comité de Remunerações, o Conselho Fiscal produz um Relatório anual sobre a Política de Remunerações, onde descreve os aspetos e conclusões relevantes que fundamentam o respetivo parecer acerca da avaliação do grau de execução da Política de Remunerações em vigor na Sociedade ao longo do ano anterior.

Relativamente a 2025, não foi identificada qualquer irregularidade ou inconsistência no modo como as remunerações e outros benefícios foram calculados.

No primeiro semestre de 2026, não foram introduzidas alterações à Política de Remunerações.

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Ações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

Eventos Subsequentes

30 de junho de 2026

A **22 de julho** foram constituídas as **Categorias C** e **R** do **fundo IMGA Obrigações Corporate 2028 – 2,30%**.

A **21 de agosto** foi aprovada pela CMVM a constituição do **fundo Adamastor PPR/OICVM.**

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Obrigações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

CA Rendimento - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações

Elementos Identificativos

Tipo de Fundo:
Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações

Data de Constituição:
20 de junho de 1994

Sociedade Gestora:
IM Gestão de Ativos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.

Banco Depositário:
Caixa Central - Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL

Valor da Carteira:
(30 de junho de 2026)

172 174 472 Euros

EVOLUÇÃO DE RENDIBILIDADE E RISCO

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Jun/2026
Rendibilidade	2,3%	1,5%	-3,0%	2,8%	-0,4%	-0,4%	-4,9%	4,6%	4,5%	2,7%	1,1%
Risco (nível)	2	2	2	2	3	2	2	2	2	1	2

Notas Informativas

As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura e só seriam obtidas se o investimento fosse efetuado e mantido durante todo o período de referência.

Para efeito do apuramento das rendibilidades não são tidas em consideração comissões de subscrição, resgate e transferências, quando aplicáveis, sendo líquidas de todas as outras comissões e encargos.

O nível de risco do fundo pode variar entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo). Um risco mais baixo implica potencialmente uma remuneração mais baixa e um risco mais alto implica potencialmente uma remuneração mais alta. O investimento em fundos pode implicar a perda do capital investido caso o fundo não seja de capital garantido.

POLÍTICA DE INVESTIMENTO

O fundo procura proporcionar aos participantes um nível de rendibilidade e estabilidade que acompanhe as taxas de juro dos mercados monetários, através do investimento em valores mobiliários e instrumentos financeiros, predominantemente de médio e longo prazo, cujas taxas de rendimento dependam das taxas de juro do curto prazo.

O fundo tem uma política de investimento que obriga a um investimento mínimo de 80% do seu valor em obrigações, sendo pelo menos 50% do seu valor líquido global em obrigações de taxa variável e um máximo de 30% do valor líquido global do fundo em obrigações de taxa fixa.

O fundo investe, até ao limite de 10% do seu valor líquido global, em unidades de participação de outros OIC. O fundo poderá utilizar instrumentos financeiros derivados para cobertura de riscos.

O fundo investe em ativos denominados em euros, mas poderá investir em ativos denominados em moedas de países integrantes da União Económica e Monetária e/ou em mercados externos à Zona Euro.

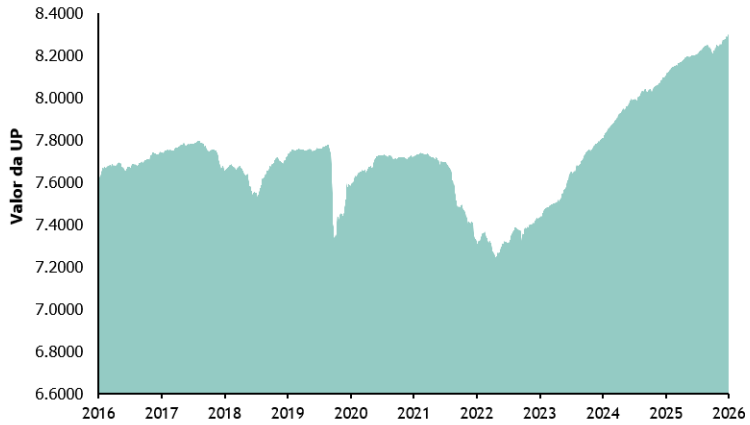
A estratégia de investimento do fundo segue uma gestão ativa, não considerando nenhum parâmetro de referência.

Os ativos são selecionados essencialmente considerando o seu potencial de retorno face à qualidade dos emitentes e ao contexto macroeconómico em que se inserem, privilegiando empresas que adotam as melhores práticas ao nível do Governo, Direitos Humanos e Ambiente, no universo de emitentes, e abstendo-se de investir em entidades cuja maioria das receitas sejam provenientes de atividades em setores controversos, nomeadamente jogo, armas controversas, tabaco e carvão térmico.

EVOLUÇÃO DO FUNDO

As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura. As rendibilidades anualizadas divulgadas só seriam obtidas se o investimento fosse efetuado e mantido durante todo o período de referência.

Para efeito do apuramento das rendibilidades não são tidas em consideração comissões de subscrição, resgate e transferências, quando aplicáveis, sendo líquidas de todas as outras comissões e encargos.



Notas Informativas

EVOLUÇÃO DO NÚMERO UP'S E DO VALOR UNITÁRIO UP

	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2025	30.06.2026
Nº. UP´s em circulação	23 671 857,0727	17 968 801,8925	15 318 074,8435	16 450 929,5179	20 065 495,9513	20 742 738,8246
Valor Unitário UP (Euro)	7,6931	7,3127	7,6509	7,9929	8,2091	8,3005

Notas Informativas

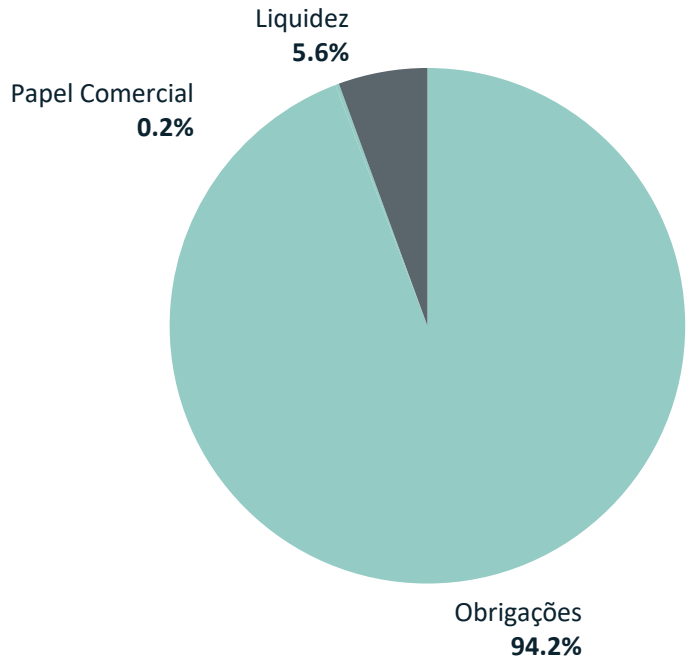
DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÓNIO

(valores em euro)

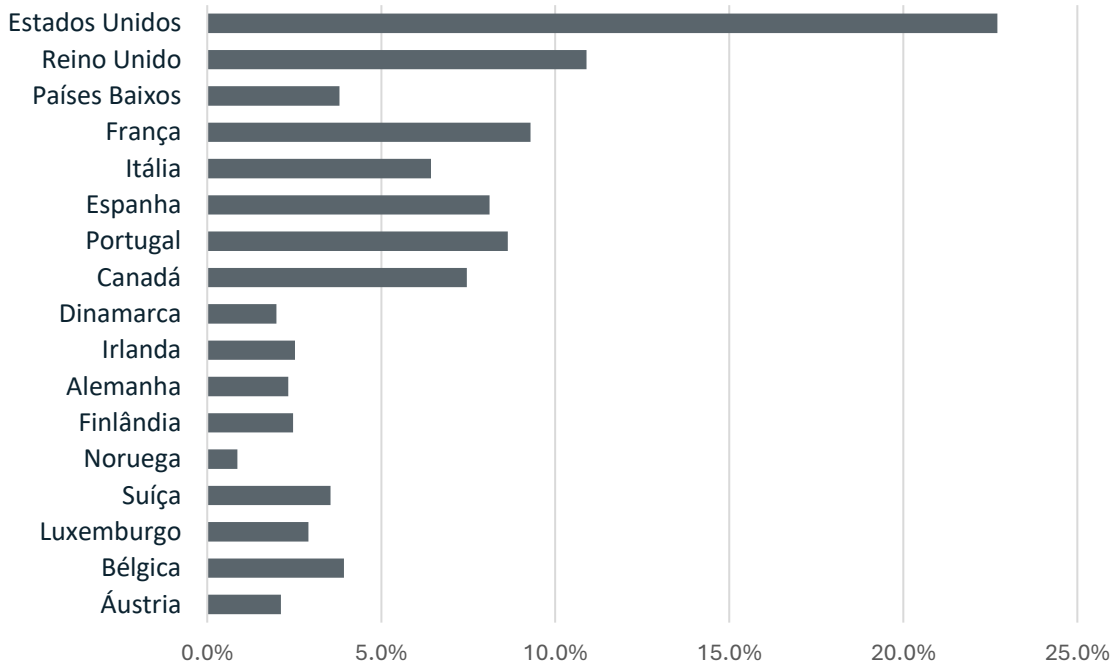
	30.06.2026
Valores mobiliários	170 374 479
Saldos bancários	876 932
Outros ativos	2 594 511
Total dos ativos	173 845 922
Passivos	1 671 450
Valor Líquido de Inventário	172 174 472

COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

Carteira Ativos



País

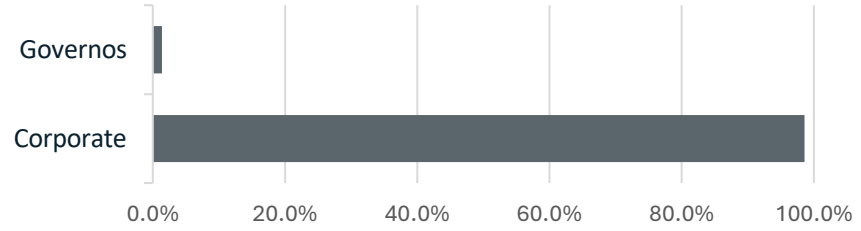


Valores mobiliários e instrumentos do mercado monetário

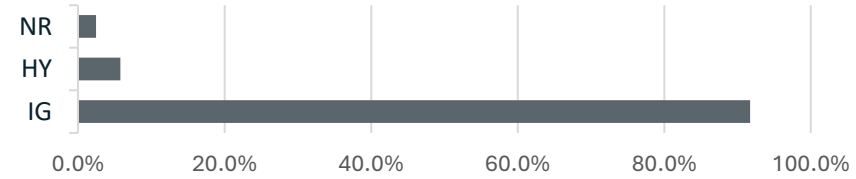
Notas Informativas

COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

Tipo de Emitente

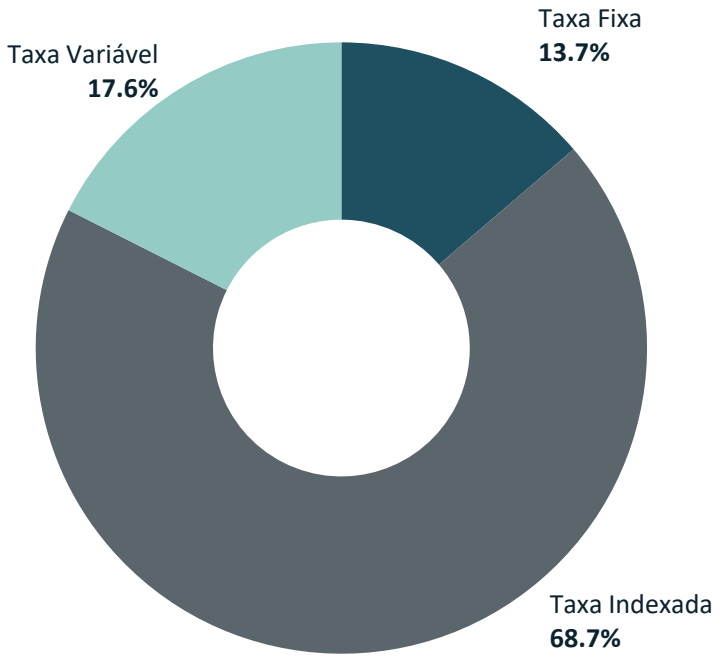


Risco de Crédito



Valores mobiliários e instrumentos do mercado monetário

Tipo Cupão



Valores mobiliários e instrumentos do mercado monetário

Notas Informativas

TÍTULOS EM CARTEIRA

(valores em euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais-valias	Menos-valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA	%
1.VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS							
M.C.O.B.V. Portuguesas	3 754 049	11 631	-	3 765 680	123 625	3 889 305	2%
M.C.O.B.V. Estados Membros UE	139 627 234	387 317	180 660	139 833 892	902 489	140 736 381	82%
O.M.Regulamentados Estados UEs	1 898 488	625	1 324	1 897 789	6 513	1 904 302	1%
M.C.O.B.V. Estados Não Membros UE	15 862 751	37 116	8 632	15 891 235	82 639	15 973 874	9%
2. OUTROS VALORES	400 000	-	-	400 000	(670)	399 330	0%
3. UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO	8 213 233	372 651	-	8 585 884	-	8 585 884	5%
TOTAL	169 755 755	809 340	190 616	170 374 479	1 114 597	171 489 076	100%

INDICAÇÃO MOVIMENTOS OCORRIDOS

(valores em euro)

RENDIMENTO	
Rendimento do investimento	2 478 250
Outros investimentos	15 864
Mais-valias de investimento	1 340 509
Custos	
Custos de gestão	(510 997)
Custos de depósito	(85 167)
Outros encargos, taxas e impostos	(73 410)
Menos-valias de investimentos	(1 297 206)
Lucro líquido	1 867 843
Lucros distribuídos	

Aumento ou diminuição da conta de capital	
Subscrições	26 718 119
Resgates	(21 129 794)

VALOR LÍQUIDO GLOBAL E VALOR DA UP

(valores em euro)

	Valor Líquido	Valor Unitário da UP
31.12.2023	117 196 219	7,6509
31.12.2024	131 489 185	7,9929
31.12.2025	164 718 304	8,2091
30.06.2026	172 174 472	8,3005

OPERAÇÕES DE COMPRA E VENDA DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

(valores em euro)

Descritivo	31.12.2025	Compras	Vendas	+/- Valias	30.06.2026
Operações Cambiais	-	-	-	-	-
Operações Sobre Taxas de Juro	(3 132 200)	50 168 670	(55 505 240)	122 799	(8 346 520)
Operações Sobre Índices	-	-	-	-	-

Balanço

Referente ao período findo em 30 de junho de 2026

(Valores em EUR)

Data: **30.06.2026**

Balanço

ATIVO

Código	Designação	30.06.2026 Bruto	Mv	mv/P	Líquido	31.12.2025 Líquido
	Outros Ativos					
32	Ativos Fixos Tangíveis das SIM					
33	Ativos Intangíveis das SIM					
	Total de Outros Ativos das SIM					
	Carteira de Títulos					
21	Obrigações	161 142 522	436 690	(190 616)	161 388 596	153 264 365
22	Ações					
23	Outros Títulos de Capital					
24	Unidades de Participação	8 213 233	372 651		8 585 884	8 199 054
25	Direitos					
26	Outros Instrumentos da Dívida	400 000			400 000	
	Total da Carteira de Títulos	169 755 755	809 340	(190 616)	170 374 479	161 463 418
	Outros Ativos					
31	Outros ativos					
	Total de Outros Ativos					
	Terceiros					
411+...+418	Contas de Devedores	1 479 231			1 479 231	71 248
	Total dos Valores a Receber	1 479 231			1 479 231	71 248
	Disponibilidades					
11	Caixa					
12	Depósitos à Ordem	876 932			876 932	2 402 521
13	Depósitos a Prazo e com Pré-aviso					
14	Certificados de Depósito					
18	Outros Meios Monetários					
	Total das Disponibilidades	876 932			876 932	2 402 521
	Acréscimos e diferimentos					
51	Acréscimos de Proveitos	1 115 266			1 115 266	1 175 054
52	Despesas com Custo Diferido					
53	Outros acréscimos e diferimentos	14			14	
59	Contas transitórias ativas					
	Total do Acréscimos e Diferimentos Ativos	1 115 280			1 115 280	1 175 054
	TOTAL DO ATIVO	173 227 197	809 340	(190 616)	173 845 922	165 112 242
	Total do Número de Unidades de Participação em circulação				20 742 739	20 065 496

PASSIVO

Código	Designação	Períodos 30.06.2026	31.12.2025
	Capital do OIC		
61	Unidades de Participação	103 464 781	100 086 694
62	Variações Patrimoniais	32 957 971	30 747 733
64	Resultados Transitados	33 883 877	29 936 892
65	Resultados Distribuídos		
67	Dividendos Antecipados das SIM		
66	Resultados Líquidos do Período	1 867 843	3 946 985
	Total do Capital do OIC	172 174 472	164 718 304
	Provisões Acumuladas		
481	Provisões para Encargos		
	Total das Provisões Acumuladas		
	Terceiros		
421	Resgates a Pagar a Participantes	124 766	257 268
422	Rendimentos a Pagar a Participantes		
423	Comissões a Pagar	98 151	101 837
424+...+429	Outras contas de Credores	1 440 342	20 339
43+12	Empréstimos Obtidos		
44	Pessoal		
46	Acionistas		
	Total dos Valores a Pagar	1 663 259	379 444
	Acréscimos e diferimentos		
55	Acréscimos de Custos	7 521	14 493
56	Receitas com Proveito Diferido	670	
58	Outros Acréscimos e Diferimentos		
59	Contas transitórias passivas		
	Total do Acréscimos e Diferimentos Passivos	8 191	14 493
	TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO	173 845 922	165 112 242
	Valor Unitário da Unidade Participação	8.3005	8.2091

(Valores em EUR)

Data: **30.06.2026**

DIREITOS SOBRE TERCEIROS

Código	Designação	Períodos 30.06.2026	Períodos 31.12.2025
	Operações Cambiais		
911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais		
914	Opções		
915	Futuros		
	Total		
	Operações Sobre Taxas de Juro		
921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções		
925	Futuros		
	Total		
	Operações Sobre Cotações		
934	Opções		
935	Futuros		
	Total		
	Compromissos de Terceiros		
942	Operações a prazo (reporte de valores)		
944	Valores cedidos em garantia		
945	Empréstimos de títulos		
	Total		
	TOTAL DOS DIREITOS		
99	*CONTAS DE CONTRAPARTIDA*	8 346 520	3 132 200

RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS

Código	Designação	Períodos 30.06.2026	Períodos 31.12.2025
	Operações Cambiais		
911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais		
914	Opções		
915	Futuros		
	Total		
	Operações Sobre Taxas de Juro		
921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções		
925	Futuros	8 346 520	3 132 200
	Total	8 346 520	3 132 200
	Operações Sobre Cotações		
934	Opções		
935	Futuros		
	Total		
	Compromissos Com Terceiros		
941	Subscrição de títulos		
942	Operações a prazo (reporte de valores)		
943	Valores cedidos em garantia		
	Total		
	TOTAL DAS RESPONSABILIDADES	8 346 520	3 132 200
99	*CONTAS DE CONTRAPARTIDA*		

Demonstração de Resultados

Referente ao período findo em 30 de junho de 2026

(Valores em EUR) Data: **30.06.2026**

Demonstração de Resultados

CUSTOS E PERDAS			
		Períodos	
Código	**Designação**	**30.06.2026**	**30.06.2025**
	Custos e Perdas Correntes		
	Juros e Custos Equiparados		
711+718	De Operações Correntes	0	141
719	De Operações Extrapatrimoniais		
	Comissões e Taxas		
722+723	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	2 903	1 608
724+…+728	Outras Operações Correntes	609 070	502 901
729	De Operações Extrapatrimoniais		
	Perdas em Operações Financeiras		
732+733	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	460 346	134 371
731+738	Outras Operações Correntes		
739	Em Operações Extrapatrimoniais	836 860	234 490
	Impostos		
7411+7421	Impostos Sobre o Rendimento de Capitais e Incrementos Patrimoniais		
7412+7422	Impostos Indirectos	53 381	55 521
7418+7428	Outros impostos		
	Provisões do Exercício		
751	Provisões para Encargos		
77	Outros Custos e Perdas Correntes	4 220	3 660
	Total dos Outros Custos e Perdas Correntes (A)	1 966 780	932 693
79	Outros custos e perdas das SIM		
	Total dos Outros Custos e Perdas das SIM (C)		
	Custos e Perdas Eventuais		
781	Valores Incobráveis		
782	Perdas Extraordinárias		
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores		
788	Outras Custos e Perdas Eventuais		
	Total dos Custos e Perdas Eventuais (E)		
63	Imposto Sobre o Rendimento do Exercício		
66	**Resultado Líquido do Período (se>0)**	1 867 843	1 992 312
	TOTAL	3 834 623	2 925 004

PROVEITOS E GANHOS			
		Períodos	
Código	**Designação**	**30.06.2026**	**30.06.2025**
	Proveitos e Ganhos Correntes		
	Juros e Proveitos Equiparados		
812+813	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	2 477 374	2 229 929
811+814+827+818	De Operações Correntes	876	891
819	De Operações Extrapatrimoniais		
	Rendimento de Títulos		
822+…+824+825	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos		
829	De Operações Extrapatrimoniais		
	Ganhos em Operações Financeiras		
832+833	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	335 407	488 038
831+838	Outras Operações Correntes		
839	Em Operações Extrapatrimoniais	1 005 102	205 910
	Reposição e Anulação de Provisões		
851	Provisões para Encargos		
87	Outros Proveitos e Ganhos Correntes	1	0
	Total dos Proveitos e Ganhos Correntes (B)	3 818 761	2 924 769
89	Outros Proveitos e Ganhos das SIM		
	Total dos Outros Proveitos e Ganhos das SIM (D)		
	Proveitos e Ganhos Eventuais		
881	Recuperação de Incobráveis		
882	Ganhos Extraordinários		
883	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores	14 818	
888	Outros Proveitos e Ganhos Eventuais	1 044	236
	Total dos Proveitos e Ganhos Eventuais (F)	15 862	236
66	**Resultado Líquido do Período (se<0)**		
	TOTAL	3 834 623	2 925 004

(8*2/3/4/5)-(7*2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Ativos	2 349 532	2 581 987	F - E	Resultados Eventuais	15 862	236
8*9 - 7*9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais	168 242	(28 580)	B+D+F-A-C-E+74	Resultados Antes do Imposto s/ Rendimento	1 867 843	1 992 312
B-A	Resultados Correntes	1 851 980	1 992 076	B+D+F-A-C-E+7411/8+7421/8	Resultados Líquidos do Período	1 867 843	1 992 312

Demonstração de Fluxos de Caixa

Referente ao período findo em 30 de junho de 2026

(valores em Euro)

DISCRIMINAÇÃO DE FLUXOS	30-jun-26		30-jun-25	
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC				
RECEBIMENTOS:		26 718 119		26 472 359
Subscrição de unidades de participação	26 718 119		26 472 359	
PAGAMENTOS:		21 262 296		12 446 491
Resgates de unidades de participação	21 262 296		12 446 491	
Fluxo das operações sobre as unidades do OIC		5 455 823		14 025 868
OPERAÇÕES COM A CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS				
RECEBIMENTOS:		81 347 903		85 057 576
Venda de títulos e outros ativos	74 260 366		77 898 947	
Reembolso de títulos e outros ativos	4 081 913		4 807 135	
Resgates de unidades de participação noutros OIC	900 049		300 011	
Juros e proveitos similares recebidos	2 105 575		2 051 482	
PAGAMENTOS:		87 697 760		98 622 928
Compra de títulos e outros ativos	86 490 930		97 891 154	
Subscrições de títulos	1 200 022		700 054	
Comissões de corretagem	1 585		195	
Outras taxas e comissões	1 823		1 960	
Outros pagamentos relacionados com a carteira	3 401		29 565	
Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos		(6 349 857)		(13 565 352)
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS				
RECEBIMENTOS:		4 313 444		598 610
Operações de taxa de juro	959 659		205 910	
Margem inicial em contratos de futuros e opções	886 986		84 603	
Outros recebimentos de operações a prazo e de divisas	2 466 798		308 097	
PAGAMENTOS:		4 287 735		602 996
Operações de taxa de juro	836 860		234 490	
Margem inicial em contratos de futuros e opções	988 353		73 412	
Outros pagamentos de operações a prazo e de divisas	2 462 522		295 095	
Fluxo das operações a prazo e de divisas		25 709		(4 386)
OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE				
RECEBIMENTOS:		876		891
Juros de depósitos bancários	876		891	
PAGAMENTOS:		662 217		591 293
Juros devedores de depósitos bancários	0		141	
Comissão de gestão	516 965		472 761	
Comissão de depósito	88 351		72 139	
Taxa de supervisão	14 771		12 236	
Impostos e taxas	42 130		34 016	
Fluxo das operações de gestão corrente		(661 341)		(590 402)
OPERAÇÕES EVENTUAIS				
RECEBIMENTOS:		12 810		236
Ganhos extraordinários	12 810		236	
PAGAMENTOS:		8 733		0
Outros pagamentos de operações eventuais	8 733		0	
Fluxo das operações eventuais		4 076		236
SALDO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO (A)		**(1 525 589)**		**(134 037)**
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO (B)		**2 402 521**		**724 943**
DISPONIBILIDADES NO FIM DO PERÍODO (C)=(B)+(A)		**876 932**		**590 907**

Anexo às Demonstrações Financeiras

Referente ao período findo em 30 de junho de 2026

INTRODUÇÃO

A constituição do CA Rendimento – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações (OIC) foi autorizada pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 07 de junho de 1994, tendo iniciado a sua atividade em 20 de junho de 1994.

O OIC é administrado, gerido e representado pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A (Sociedade Gestora). As funções de banco depositário são exercidas pelo Caixa Central – Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo.

As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das Demonstrações Financeiras anexas.

1. CAPITAL DO OIC

O capital do OIC é constituído por unidades de participação, aberto aos participantes titulares de cada uma das unidades, com um valor inicial de subscrição de mil escudos cada (quatro euros e noventa e nove cêntimos), à data do início do OIC.

O valor da unidade de participação, para efeitos de subscrição é o valor da primeira avaliação subsequente ao dia da subscrição. O preço de reembolso tem como subjacente o mesmo cálculo, tendo como base o valor do património líquido do OIC, do dia seguinte ao do pedido de reembolso.

Durante o período findo em 30 de junho de 2026, o movimento ocorrido no capital do OIC foi o seguinte:

(Valores em Euro)

Descrição	31-12-2025	Subscrições	Resgates	Outros	Resultados do Exercício	30-06-2026
Valor base	100 086 694	16 175 029	(12 796 942)			103 464 781
Diferença p/Valor Base	30 747 733	10 543 090	(8 332 852)			32 957 971
Resultados acumulados	29 936 892			3 946 985		33 883 877
Resultados do período	3 946 985			(3 946 985)	1 867 843	1 867 843
SOMA	164 718 304	26 718 119	(21 129 794)	-	1 867 843	172 174 472
Nº de Unidades participação	20 065 496	3 241 760	(2 564 517)			20 742 739
Valor Unidade participação	8.2091					8.3005

Em 30 de junho de 2026 existiam 15 034 unidades de participação com pedidos de resgate em curso.

O valor líquido global do OIC, o valor de cada unidade de participação e o número de unidades de participação em circulação foram os seguintes:

	Data	Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação
Ano 2026	30-06-26	8.3005	172 174 472	20 742 739
	31-03-26	8.2133	170 817 204	20 797 883
Ano 2025	31-12-25	8.2091	164 718 304	20 065 496
	30-09-25	8.1720	156 883 496	19 197 829
	30-06-25	8.1062	147 631 562	18 212 283
	31-03-25	8.0401	144 035 860	17 914 743
Ano 2024	31-12-24	7.9929	131 489 185	16 450 930
	30-09-24	7.9209	128 372 164	16 206 964
	30-06-24	7.8111	123 789 800	15 848 112
	31-03-24	7.7453	121 761 030	15 720 640

Em 30 de junho de 2026, os participantes do OIC podem agrupar-se de acordo com os seguintes escalões:

Escalões	N.º participantes
UPs ≥ 25%	-
10% ≤ UPs < 25%	-
5% ≤ UPs < 10%	-
2% ≤ UPs < 5%	-
0.5% ≤ UPs < 2%	5
UPs < 0.5%	6 857
TOTAL	6 862

3. CARTEIRA DE TÍTULOS E DISPONIBILIDADES

Em 30 de junho de 2026, esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em Euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
1.VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS						
M.C.O.B.V. Portuguesas						
-Obrigações diversas						
Caixa Eco Montepio Geral Var 22/06/31	698 334	2 226	-	700 560	556	701 116
Danaher Corp Float 29/04/28	500 000	820	-	500 820	2 196	503 016
Floene Energias SA 4.875 03/07/28	2 555 715	8 585	-	2 564 300	120 873	2 685 173
	3 754 049	11 631	-	3 765 680	123 625	3 889 305
M.C.O.B.V. Estados Membros UE						
-Títulos dívida Pública						
BundesObligation 2.1% 12/04/29	591 533	1 705	-	593 238	2 727	595 965
BundesObligation 2.5% 16/04/31	990 579	5 071	-	995 650	11 370	1 007 020
Bundesschatzanweisungen 2.5% 14/06/28	677 752	1 874	-	679 626	3 167	682 793
	2 259 864	8 650	-	2 268 514	17 264	2 285 778
-Obrigações diversas						
ArceloMittal SA 3.25% 3.25% 30/09/30	1 297 042	-	(2 931)	1 294 111	31 601	1 325 712
Banco Bilbao Viscaya Arg 3.375% 30/06/31	697 690	1 386	-	699 076	-	699 076
Banco BPM SPA Var 09/09/30	1 909 614	19 494	-	1 929 108	59 303	1 988 411
Banco Comercial Português Var 05/05/32	1 499 850	-	(11 760)	1 488 090	7 479	1 495 569
Banco CTT Var 17/11/28	598 944	1 715	-	600 659	13 870	614 529
Banco CTT Var30/10/29	1 997 180	10 622	-	2 007 802	14 205	2 022 008
Banco de Credito Social Var 13/06/31	1 299 883	-	(624)	1 299 259	2 119	1 301 378
Bank of America Corp Float 30/10/29	5 803 010	7 894	-	5 810 904	27 026	5 837 930
Bank Of Montreal Float 24/03/29	500 670	195	-	500 865	247	501 112
Bank Of Nova Scotia Float 06/03/29	2 500 000	9 450	-	2 509 450	4 678	2 514 128
Banque Fed Cred Mutuel Float 19/09/28	2 100 168	3 549	-	2 103 717	1 885	2 105 602
Belfius Bank SA/NV 3.375% 20/02/31	1 491 060	3 555	-	1 494 615	18 031	1 512 646
BNP Paribas Float 20/03/29	5 909 628	14 090	-	5 923 718	4 112	5 927 830
CA AutoBank SPA IE Float 27/01/28	3 004 865	11 035	-	3 015 900	15 813	3 031 713
CaixaBank SA Float 26/06/29	2 800 120	10 884	-	2 811 004	919	2 811 923
Canadian Imperial Bank Float 18/10/28	1 810 080	-	(1 080)	1 809 000	10 664	1 819 664
Cepsa Finance SA 4.125% 11/04/31	1 812 752	13 078	-	1 825 830	16 274	1 842 104
CIN - Coporação Industrial do Norte S.A. Float 06/12/26	1 000 000	5 521	-	1 005 521	2 526	1 008 047
Citigroup Inc Float 29/04/29	5 632 761	26 600	-	5 659 360	31 537	5 690 897
Coca-ColaHBC Finance BV 3.625% 01/10/30	897 030	13 869	-	910 899	8 045	918 944
Cooperative Rabobank UA Float 16/07/28	500 214	1 216	-	501 430	2 930	504 360
Credit Agricole SA Var 23/12/172	1 396 400	4 174	-	1 400 574	1 065	1 401 639
CRL Credito Agricola Mut Var 29/01/31	3 388 241	-	(23 771)	3 364 470	46 016	3 410 486
Danone SA Float PERP 16/12/74	1 182 333	7 599	-	1 189 932	6 444	1 196 376
Danske Bank A/S Float 10/04/29	1 901 835	3 827	-	1 905 662	11 808	1 917 470
DNB Bank ASA Float 08/08/29	1 402 016	-	(1 064)	1 400 952	5 647	1 406 599
DSV Finance BV Float 06/11/26	1 002 700	-	(1 920)	1 000 780	4 125	1 004 905
EDP SA Var 23/04/83	318 240	-	(6 948)	311 292	3 322	314 614
El Corte Ingles 4.25% 26/06/31	1 256 185	-	(17 605)	1 238 580	559	1 239 139
Elect de France Var 15/03/169	391 780	6 664	-	398 444	3 371	401 815
Electricite de France Var Perp 01/06/74	196 840	-	(470)	196 370	417	196 787
Enagas Financiaciones SA 3.625% 24/01/34	299 703	-	(471)	299 232	4 678	303 910
ENEL SPA Var 27/05/72	207 560	-	(3 212)	204 348	885	205 233
ENI SPA 4.25% 19/05/33	842 840	-	(11 616)	831 224	3 912	835 136
Erste Group Bank AG Var 13/05/31	599 892	1 494	-	601 386	2 663	604 049
Erste Group Bank AG Var 15/04/74	2 585 950	31 314	-	2 617 264	22 945	2 640 209
Fedex Corp 3.50% 30/07/32	1 000 587	-	(4 477)	996 110	32 123	1 028 233
Ford Motor Credit Co LLC 3.305% 17/05/29	359 993	-	(3 985)	356 008	1 434	357 442
Goldman Sachs Group Inc Float 18/12/29	5 701 464	9 138	-	5 710 602	5 867	5 716 469
HSBC Holdings PLC Float 12/11/29	5 002 415	17 835	-	5 020 250	20 308	5 040 558
Iberdrola Finanzas SAU Var 16/11/170	586 500	-	(570)	585 930	5 851	591 781
Intesa SanPaolo SPA Var 01/03/74	921 310	-	(2 653)	918 657	16 276	934 933
Intesa Sanpaolo SPA Var 11/07/72	1 139 750	-	(13 834)	1 125 916	40 035	1 165 951
John Deere Capital Corp 3.45% 16/07/32	306 372	-	(3 222)	303 150	9 896	313 046
JPMorgan Chase & CO Float 18/02/29	4 400 240	4 908	-	4 405 148	14 553	4 419 701
KBC Group NV Float 16/10/29	4 202 186	3 610	-	4 205 796	24 876	4 230 672
KBC Group NV Var 05/03/74	665 700	-	(17 844)	647 856	15 261	663 117
Koninkijke Ahold Dlhaize Float 12/03/28	600 000	600	-	600 600	819	601 419
Leasys SPA Float 29/01/27	2 302 537	39	-	2 302 576	11 368	2 313 944
Lloyds Banking Group PLC Float 12/02/30	5 604 301	7 067	-	5 611 368	21 830	5 633 198
MAGEL 4 A 20/07/59	1 064 526	2 042	-	1 066 568	5 335	1 071 902
Morgan Stanley Float 05/10/29	5 901 648	16 937	-	5 918 585	38 588	5 957 173
National Bank of Canada Float 10/03/29	3 507 088	11 602	-	3 518 690	6 224	3 524 914
Nationwide BLDG Society Float 27/01/29	3 004 001	6 799	-	3 010 800	15 813	3 026 613
Naturgy Finance BV 3.25% 02/10/30	803 435	-	(5 955)	797 480	19 304	816 784
Nordea Bank ABP Float 21/02/29	4 002 040	7 880	-	4 009 920	12 671	4 022 591
Novo Banco SA Var 22/01/31	1 398 222	-	(406)	1 397 816	20 583	1 418 399
OMV AG Var 01/09/169	191 284	8 444	-	199 728	4 137	203 865
Pandora A/S 3.875% 31/05/30	1 287 637	30 823	-	1 318 460	4 140	1 322 600
RCI Banque SA Float 05/03/29	1 202 128	6 932	-	1 209 060	2 666	1 211 726
Royal Bank of Canada Float 13/06/29	3 777 747	10 613	-	3 788 360	4 997	3 793 357
Servicios Medio Ambiente 3.715% 08/10/31	1 759 702	-	(12 660)	1 747 043	47 201	1 794 243
Societe Generale Var01/03/32	700 644	-	(5 264)	695 380	8 122	703 502
Stellantis NV 6.25% PERP 16/06/74	547 206	-	(7 552)	539 655	1 318	540 973
Telefonica Europe BV Var PERP 24/09/74	595 750	-	(238)	595 512	13 186	608 698
Terna Rete Elettrica 3.5% 17/01/31	397 540	6 960	-	404 500	6 290	410 790
TotalEnergies SE Var 26/05/74	579 803	-	(6 426)	573 376	2 108	575 484

(valores em Euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
1.VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS						
M.C.O.B.V. Estados Membros UE						
-Obrigações diversas						
Unicredit SPA 4.45% 03/12/27	2 614 870	-	(4 782)	2 610 088	8 535	2 618 623
US Bancorp Float 21/05/28	2 000 000	3 540	-	2 003 540	6 669	2 010 209
Veolia Environnement SA 3.209% 14/01/31	1 200 000	-	(7 320)	1 192 680	17 619	1 210 299
Veolia Environnement SA 3.69% 10/04/31	200 000	2 564	-	202 564	1 638	204 202
Volkswagen Fin Serv Float 10/06/27	1 501 415	1 840	-	1 503 255	2 609	1 505 864
Wells Fargo & Company Float 22/07/28	4 302 254	9 270	-	4 311 524	23 851	4 335 375
	137 367 370	378 667	(180 660)	137 565 378	885 225	138 450 603
O.M.Regulamentados Estados UEs						
-Obrigações diversas						
Traton Finance Lux SA 3.125% 26/08/29	398 488	-	(1 324)	397 164	1 678	398 842
Traton Finance Lux SA Float 21/08/26	1 500 000	625	-	1 500 625	4 835	1 505 460
	1 898 488	625	(1 324)	1 897 789	6 513	1 904 302
M.C.O.B.V. Estados Não Membros UE						
-Obrigações diversas						
Banco Bilbao Viscaya ARG Float 15/01/29	1 801 746	2 880	-	1 804 626	10 465	1 815 091
Banque Internationsl Lux Float 02/02/28	1 500 000	1 800	-	1 501 800	6 410	1 508 210
Barclays Plc Float 14/05/29	4 020 245	16 235	-	4 036 480	17 505	4 053 985
Toyota Motor Finance BV Float 09/02/27	2 008 700	-	(4 200)	2 004 500	8 133	2 012 633
UBS Group AG Float 12/05/29	5 730 596	16 201	-	5 746 797	24 935	5 771 732
Zimmer Biomet Holdings 3.518% 15/12/32	801 464	-	(4 432)	797 032	15 190	812 222
	15 862 751	37 116	(8 632)	15 891 235	82 639	15 973 874
2. OUTROS VALORES						
Outros instrumentos de dívida						
-Papel comercial						
Greenvolt - Energias Renováveis, SA 11EM PC 4.10% 16/01/26 - 15/07/26	400 000	-	-	400 000	(670)	399 330
	400 000	-	-	400 000	(670)	399 330
3. UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO						
OIC domiciliados em Portugal						
CA MONETARIO	400 000	13 937	-	413 937	-	413 937
IMGA Money Market - CAT I	7 813 233	358 714	-	8 171 947	-	8 171 947
	8 213 233	372 651	-	8 585 884	-	8 585 884
TOTAL	**169 755 755**	**809 340**	**(190 616)**	**170 374 479**	**1 114 597**	**171 489 076**

O movimento ocorrido nas rubricas de disponibilidades durante o primeiro semestre de 2026 foi o seguinte:

(Valores em Euro)

Descritivo	31-12-2025	Aumentos	Reduções	30-06-2026
Depósitos à ordem	2 402 521	113 270 084	114 795 673	876 932
TOTAL	2 402 521	113 270 084	114 795 673	876 932

4. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do OIC, mantidos de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta entidade, no âmbito das competências que lhe estão atribuídas através do Decreto-Lei nº 27/2023, de 28 de abril, o qual aprova o novo Regime da Gestão de Ativos.

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras, foram as seguintes:

Especialização de períodos

O OIC regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de períodos, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. Os juros de aplicações são registados pelo montante bruto na rubrica "Juros e proveitos equiparados".

Carteira de Títulos e Valorização das unidades de participação

a) O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do OIC pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do OIC é apurado deduzindo, à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos até ao momento da valorização da carteira.

b) O valor das unidades de participação será calculado às 17.00h, hora portuguesa, sendo este o momento de referência para o cálculo.

c) Os ativos denominados em moeda estrangeira serão valorizados diariamente utilizando o câmbio indicativo divulgado pelo Banco de Portugal e pelo Banco Central Europeu, com exceção para aqueles cujas divisas não se encontrem cotadas. Neste caso utilizar-se-ão os câmbios difundidos ao meio-dia de Lisboa, por entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.

d) Contam para efeitos de valorização da unidade de participação para o dia da transação as operações sobre os valores mobiliários e instrumentos derivados transacionadas para o OIC e confirmadas até ao momento de referência. As subscrições e resgates recebidos em cada dia (referentes a pedidos do dia útil anterior) contam, para efeitos de valorização da unidade de participação, para esse mesmo dia.

e) A valorização dos valores mobiliários e instrumentos derivados admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação conhecida no momento de referência; não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, designadamente por ser considerada não representativa, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho conhecida, desde que a mesma se tenha verificado nos 15 dias anteriores ao dia em que se esteja a proceder à valorização.

f) Tratando-se de valores representativos de dívida admitidos à negociação num mercado regulamentado, caso os preços praticados em mercado não sejam considerados representativos, podem ser considerados para efeitos de avaliação:

   a. As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.

g) Quando a última cotação tenha ocorrido há mais de 15 dias, os valores mobiliários e instrumentos derivados são considerados como não cotados para efeitos de valorização, aplicando-se o disposto na alínea seguinte.

h) A valorização de valores mobiliários e instrumentos derivados não admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base nos seguintes critérios:

   a. As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários;

   b. Modelos teóricos de avaliação, que a Sociedade Gestora considere mais apropriados atendendo às características do ativo ou instrumento derivado. A avaliação pode ser efetuada por entidade subcontratada.

i) Os valores representativos de dívida de curto prazo serão avaliados com base no reconhecimento diário do juro inerente à operação.

j) Para efeitos da determinação do custo dos títulos vendidos é utilizado o critério FIFO.

Impostos

O regime fiscal aplicável aos organismos de investimento coletivo (estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 7/2015, de 13 de janeiro, alterado pela retificação nº12/2015, de 11/03), assenta num método de tributação dos rendimentos "à saída", ou seja, a tributação é essencialmente na esfera dos participantes.

O OIC, ainda assim, encontra-se sujeito à taxa geral de IRC sobre o seu resultado líquido apurado em cada exercício, expurgado, contudo, os rendimentos (e respetivos gastos associados) de capitais, prediais e mais-valias, tal como qualificados para efeitos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (desde que os mesmos não sejam provenientes de entidades com residência ou domicílio em país, território ou região sujeito a um regime fiscal claramente mais favorável constante da lista aprovada por portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças, situação em que serão tributados). Não relevam, igualmente, para efeitos de determinação do lucro tributável os rendimentos, incluindo descontos, e gastos relativos a comissões de gestão e outras comissões que revertam para os fundos de investimento mobiliário, bem como os gastos não dedutíveis previstos no artigo 23.º-A do Código do IRC.

No que respeita ao Imposto do Selo, os fundos são tributados em sede deste imposto sobre o valor líquido global dos seus ativos à taxa de 0,0125%, por trimestre.

Desde 1 de janeiro de 2019, passaram a encontrar-se sujeitas a imposto do selo, à taxa de 4% as comissões de gestão e depósito, suportadas pelo fundo e as comissões de subscrição e reembolso, suportadas pelos participantes.

12. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE TAXA DE JURO

Em 30 de junho de 2026, os ativos com taxa de juro fixa detidos pelo OIC podem resumir-se da seguinte forma:

(Valores em Euro)

Maturidades	Montante em Carteira (A)	Extrapatrimoniais (B)				Saldo (A)+(B)
		FRA	Swaps (IRS)	Futuros	Opções	
de 0 a 1 ano	2 968 007	-	-	-	-	2 968 007
de 1 a 3 anos	17 532 386	-	-	-	-	17 532 386
de 3 a 5 anos	24 549 608	-	-	(576 950)	-	23 972 658
de 5 a 7 anos	5 481 957	-	-	-	-	5 481 957
mais de 7 anos	303 910	-	-	(7 769 570)	-	(7 465 660)

14. EXPOSIÇÃO GLOBAL EM INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

O cálculo da exposição em instrumentos financeiros derivados é efetuado através do método dos compromissos, nos termos do artigo 187º do Decreto-Lei nº 27/2023.

15. CUSTOS IMPUTADOS

Os custos imputados ao OIC durante o período findo em 30 de junho de 2026 apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euro)

Custos	Valor	%VLGF (1)
Comissão de Gestão Fixa	517 826	0.61%
Comissão de Depósito	88 573	0.10%
Taxa de Supervisão	12 402	0.01%
Custos de Auditoria	3 770	0.00%
Imposto de selo sobre o valor do OIC	43 066	0.05%
Outros Custos Correntes	574	0.00%
TOTAL	666 211	
TAXA DE ENCARGOS CORRENTES	0.78%	

(1) Percentagens calculadas sobre a média diária do valor do Fundo relativa ao período de referência anualizada

Relatório de Auditoria

Referente ao período findo em 30 de junho de 2026

Relatório de auditoria

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações CA Rendimento (o «OIC») gerido pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. («Entidade Gestora»), que compreendem o Balanço em 30 de junho de 2026 (que evidencia um total de 173 845 922 euros e um total de capital do OIC de 172 174 472 euros, incluindo um resultado líquido de 1 867 843 euros), a Demonstração dos resultados, a Demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período de seis meses findo naquela data, e as Divulgações às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações CA Rendimento, gerido pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. em 30 de junho de 2026 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período de seis meses findo naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes do OIC nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do OIC de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários;
- elaboração do Relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do OIC de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do OIC.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do OIC;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do OIC para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o OIC descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação da Entidade Gestora do OIC, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora do OIC, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o Relatório de gestão

Em nossa opinião, o Relatório de gestão, foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o OIC, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 27 de agosto de 2026

Forvis Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A

Representada por Pedro Miguel Pires de Jesus (Revisor Oficial de Contas n.º 1930 e registado na CMVM com o n.º 20190019)